



LEI Nº 767/2021, 30 DE AGOSTO DE 2021.

PUBLICADO EM FLANELÓGRAFO EM 30/08/2021  
CONFORME §1º, ART. 83 DA LEI 023/1990 (LEI  
ORGÂNICA DO MUNICÍPIO)  
FORQUILHA 30/08/2021

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Estado do Ceará  
Câmara Municipal de Forquilha

Prot. Nº 2119

Fis. Nº 726

Data: 31/08/2021

Funcionário

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR TERMO DE FOMENTO COM ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE MÉDICA DE PAJUCARA (ABEMP) NO MONTANTE DE ATÉ R\$ 480.000,00 (QUATROCENTOS E OITENTA MIL REAIS), PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS, FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Forquilha-CE, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar termo de fomento, no valor de até R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), com a Associação Beneficente Médica De Pajucara (ABEMP), pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 06.578.611/0001-06, para realização de cirurgias eletivas para os munícipes de Forquilha, com fulcro nos arts. 30, VI e 31 da Lei Federal nº.13.019/2014.

**Parágrafo Único.** Será celebrada parceria com a entidade mencionada no artigo 1º, obedecendo ao disposto na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº.101/2000 e na Lei Federal nº. 13.019/2014, bem como atendera as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município de Forquilha.

**Art. 2º** A Associação Beneficente Médica de Pajucara (ABEMP) deverá prestar contas dos valores financeiros recebidos, junto ao setor competente da Prefeitura Municipal de Forquilha, através de documentos que comprovem a correta utilização dos recursos.



**Art. 3º** Demais disposições serão estabelecidas no Termo de Fomento e Plano de Trabalho a ser celebrado entre as partes, atendendo ao disposto na presente Lei, na Lei Federal nº.13.019/2014.

**Art. 4º** As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas conforme dotação orçamentária disponível da Secretaria Municipal da Saúde, podendo ser suplementada, se insuficiente.

**Art. 5º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder no orçamento do Município, as alterações que se fizerem necessárias para as mudanças decorrentes desta Lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DEP. CESÁRIO BARRETO LIMA, 36º aniversário de  
Emancipação Político – Administrativa, em 30 de agosto de 2021.

  
**EDINARDO RODRIGUES FILHO**  
Prefeito Municipal